



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1575847 - PR
(2019/0261336-2)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADOS : RICARDO GAZZI - SP135319
DIEGO OCTAVIO DA COSTA MOREIRA E OUTRO(S) - DF035519
MARINA FONTES DE RESENDE - DF044873
JEFERSON ALEX SALVIATO - SP236655
SOC. de ADV : ADVOCACIA FONTES ADVOGADOS ASSOCIADOS SS
AGRAVADO : ASSOCIAÇÃO DE ENSINO ANTÔNIO LUIS
ADVOGADOS : GABRIEL PORTELLA FAGUNDES NETO - DF020084
ROBERTA DE OLIVEIRA - PR076512

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, contra o despacho de fl. 963 (e-STJ), por meio da qual reconheci minha prevenção para o julgamento deste agravo em recurso especial.

O presente agravo interno é incabível, haja vista que, consoante a literalidade do art. 1.001 do CPC/2015, “dos despachos não cabe recurso”.

Na mesma linha, a jurisprudência desta Corte orienta no sentido de ser irrecorrível o despacho que acolhe ou rejeita a prevenção, haja vista tratar-se de ato meramente ordinatório, sem conteúdo decisório apto a causar gravame às partes. Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados: AgRg no AREsp 519.715/PR, 3ª Turma, DJe 18/02/2015; AgInt no REsp 1.610.728/RS, 4ª Turma, DJe 04/05/2017; AgRg na Rcl 9.858/CE, Corte Especial, DJe de 25/4/2013.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo interno interposto por RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA (e-STJ fls. 985/1.013), deixando de condenar a agravante ao pagamento da multa requerida na impugnação de e-STJ fls. 1.016/1.020, por não vislumbrar, ao menos por ora, abuso no direito de recorrer.

Não obstante, previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar a condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Remetam-se os autos à Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Privado, para que proceda à devida redistribuição do processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora